

SUMÁRIO

| | |
|--|---|
| MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS..... | 7 |
| EDITORIAL RT 1053 | 9 |

DOCTRINA

CIVIL

| | |
|---|----|
| A promessa de contemplação nos contratos de consórcio de bens ou serviços: notas críticas à luz dos modelos jurisprudenciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo <i>The promise of contemplation in the consortium contracts of riches or services: critical notes based on São Paulo Estate Court of Justice's jurisprudential models</i> VITOR LEMES CASTRO | 19 |
|---|----|

CONSTITUCIONAL

| | |
|---|----|
| Decisões individuais e os seus reflexos no comportamento institucional do Supremo Tribunal Federal <i>Individual decisions and their reflections on the institutional behavior of the Brazilian Supreme Court</i> TAYNARA TIEMI ONO e DANIELA MARQUES DE MORAES | 61 |
|---|----|

DIGITAL

| | |
|--|----|
| Existem algoritmos neutros e isentos de discriminação? Quais os reflexos éticos, nacionais e internacionais que pairam sobre o tema na atualidade? <i>Are there neutral and non-discriminatory algorithms? What are the ethical, national and international reflections hovering over the topic today?</i> CARMEN SFEIR JACIR, MILLA CERQUEIRA e NADIA HACKEROTT | 81 |
|--|----|

DIREITOS HUMANOS

| | |
|---|-----|
| A Agenda 2030 da ONU e o ODS 10 como meio para realizar a inclusão social <i>The UN Agenda 2030 and ODS 10 as a means to achieve social inclusion</i> ANA CLAUDIA LORENZETTI MENDES e SAMIA BONAVIDES..... | 103 |
| Mecanismos dialógicos e participativos para a solução de conflitos de Direitos Humanos e Empresas à luz da teoria da comunicação não violenta <i>Dialogical and participatory mechanisms for the resolution of Human Rights and Business conflicts in the light of the theory of non-violent communication</i> ANA MARIA D'ÁVILA LOPES, ALINE PASSOS MAIA e MARA LÍVIA MOREIRA DAMASCENO..... | 123 |

EMPRESARIAL

A recuperação extrajudicial e as alterações na Lei de Recuperação de Empresas e Falências: desafios e perspectivas

Out-of-court reorganization and the reform of Business Restructuring and Bankruptcy Law: challenges and future perspectives

FILIPPE CASELLATO SCABORA 141

INTERNACIONAL

Os limites do Acordo de Paris de 2015 sobre mudança do clima à luz das frustrações das Conferências das Partes de Glasgow, em 2021, e Sharm El Sheikh, em 2022

The limits of the 2015 Paris Agreement on climate change in light of the frustrations of the Party Conferences of Glasgow, in 2021, and Sharm El Sheikh, in 2022

JAHYR-PHILIPPE BICHARA 163

A governança transnacional e a cooperação entre os povos na sociedade da informação

The transnational governance and cooperation among people in the information society

EMERSON PENHA MALHEIRO e CAIO SPERANDÉO DE MACEDO 183

PROCESSO CIVIL

O prazo máximo de suspensão convencional do processo (art. 313, § 4º, CPC) e sua necessária superação

The maximum term of the procedural conventional suspension (art. 313, § 4º, CPC) and the necessity of overcoming it

GUSTAVO OSNA 201

Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e desjudicialização da atividade processual executiva

Fundamental right to effective jurisdictional protection and enforcement procedure dejudicialization

LUIS ALBERTO REICHELDT, CAMILA VICTORAZZI MARTTA e ALAN JECE BALTAZAR..... 215

PROCESSO PENAL

A influência da teoria da indiciabilidade do tipo penal na distribuição do ônus da prova no processo penal

The influence of the theory of ratio cognoscendi on the placement of the burden of proof in the criminal procedure

GUSTAVO HENRIQUE DE ANDRADE CORDEIRO, ROBERTO DA FREIRIA ESTEVÃO e ALENCAR FREDERICO MARGRAF..... 231

TRIBUTÁRIO

Tributação das transações com NFTs sob a perspectiva do consumo: análise a partir da funcionalidade

Consumption taxation of NFTs transactions: a functional analysis

TATHIANE PISCITELLI 253

A imunidade tributária implícita da renda das entidades familiares para financiamento do direito fundamental à educação

The implied tax immunity of the income of family entities for financing the fundamental right to education

BRUNO MAGNO HERCULANO MEDEIROS e THAIS HELENA MORANDO..... 285

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Associações genéricas não podem propor ação coletiva sem autorização dos seus associados
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR e MIRIAM FECCHIO CHUEIRI..... 311
- Estados e Municípios têm competência supletiva para promover o licenciamento ambiental, principalmente em caso de demora na renovação
FERNANDO REI..... 317
- Segurado que cumpriu as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876/1999, e antes da regra transitória definitiva, em 2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, se for mais favorável
ARTUR BARBOSA DA SILVEIRA 327
- Constatada a efetiva transgressão aos princípios da transparência, da publicidade e da impessoalidade nas práticas orçamentárias viabilizadoras do "orçamento secreto", baseado em negociações ocultas entre o Executivo, sua base parlamentar e o Congresso
ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS 337

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Reconhecida a ilicitude de confissão obtida sem advertência sobre direito ao silêncio no momento da abordagem e prisão pelos policiais..... 353

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Associação de moradores ou de proprietários, por ter similaridade com o ente condominial, pode demandar ação judicial perante o Juizado Especial..... 395
- Mantido entendimento sobre a inadmissibilidade da ação possessória para retomada de imóvel alugado..... 421
- Mantido entendimento de configuração de fraude à execução fiscal a alienação de imóvel após a inscrição do débito em dívida ativa..... 431

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- É devida indenização por danos morais coletivos, por parte do empregador, quando não cumprir a cota de pessoas com deficiência. 445

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

- Plano de assistência à saúde não pode recusar o tratamento em sede de urgência, ainda que não alcançado o período de carência da cobertura. 449

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- Impossibilidade de desindexação de provedor de busca na internet que não se refere a dados protegidos pela LGPD ou conteúdo falso, ilícito ou desabonador..... 453

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- Gratuidade da justiça é aplicável a atos extrajudiciais necessários à efetivação de decisão judicial ou ao trâmite do processo..... 457

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- Idade elevada ou o estado de saúde dos pais do apenado comprovados por prontuários médicos sem a demonstração de necessidade de acompanhamento não são suficientes para concessão de prisão domiciliar..... 461

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- É inconstitucional lei municipal que versa sobre ensino domiciliar..... 465

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO

- Índice de Temas..... 469
- Índice de Autores 473

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 477

CONTEÚDO EXTRA

Violência de gênero em ambiente institucional:
o advogado e a magistrada
SAMANTHA KHOURY CREPALDI DUFNER

